

A AMAZÔNIA

A ideia de uma conquista moderna da Amazônia foi lançada por Getúlio Vargas, em 1940, no seu Discurso Amazônico, que anunciou a retomada da exploração da borracha natural para fornecimento do produto aos Estados Unidos. Mas o planejamento regional delineou-se apenas em 1953, com a criação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), que entre outros empreendimentos financiaria a construção da rodovia Belém-Brasília.

Na moldura do regime militar, em 1966, o SPVEA deu lugar à **Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia (Sudam)**, com um braço financeiro representado pelo Banco da Amazônia (Basa). **A área de atuação da Sudam foi definida como Amazônia Legal, que atualmente abrange a Região Norte, Mato Grosso e oeste do Maranhão**, num total de 5,2 milhões de quilômetros quadrados.



Fonte: MAGNOLI, Demétrio. Geografia para o Ensino Médio. São Paulo: Atual, 2012.

O planejamento regional do regime militar considerou a Amazônia uma região de fronteira, num sentido triplo:

- **Fronteira demográfica:** área de atração de fluxos migratórios e válvula de escape de tensões sociais no campo, especialmente no Nordeste. A construção da rodovia Transamazônica, iniciada em 1971, deveria permitir a fixação de migrantes em colônias rurais estabelecidas no seu entorno.

- **Fronteira econômica:** área de implantação de grandes projetos florestais, minerais e industriais com produção destinada à exportação, além de projetos agropecuários baseados na grande propriedade.

- **Fronteira geopolítica:** espaço de afirmação do poder nacional em áreas de “fronteira morta” (faixa de limites internacionais, pouco povoada, sujeita a pressões de Estados estrangeiros e de facções criminosas ligadas ao narcotráfico, ao contrabando e ao comércio ilegal de armas).

O ARCO DA DEVASTAÇÃO

A estratégia de colonização oficial ao longo da Transamazônica fracassou, em virtude do abandono das “agrovilas” isoladas em meio à mata. Mas a Amazônia converteu-se em fronteira demográfica para os fluxos migratórios orientados em torno dos eixos das rodovias Belém-Brasília, Cuiabá-Santarém e Brasília-Acre.

A colonização privada permitiu o estabelecimento de fazendeiros, agricultores familiares e posseiros num largo arco abrangendo o sul e o leste do Pará, o norte de Mato Grosso, Rondônia e o sul do Acre. Sobre esses eixos, delineou-se o chamado “arco da devastação”, pontilhado por núcleos urbanos e constituído por extensas faixas de desflorestamento.

O “arco da devastação” é a expressão aparente de um processo mais amplo e muito menos visível. Sob as copas das árvores, em vastas áreas da região, oculta-se uma intrincada **teia de vias de tráfico clandestinas** (uma extensão das estradas oficiais, basicamente utilizada para a exploração ilegal de madeira) que indicam os caminhos secundários do desflorestamento.

OS GRANDES PROJETOS DA AMAZÔNIA ORIENTAL

O governo federal criou, em 1974, o Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (Poloamazônia), com a finalidade de conceder estímulos e incentivos fiscais para a implantação de grandes projetos empresariais na região. Beneficiando-se dos incentivos, multiplicaram-se os projetos agropecuários no leste e sul do Pará.

Os projetos minerais e industriais implantados na Amazônia concentram-se em Manaus e na Amazônia oriental (Pará e Maranhão). A Zona Franca de Manaus desenvolveu-se sob a coordenação da **Suframa**. Os projetos no Pará e Maranhão reorganizaram todo o espaço geográfico dessa vasta porção da Amazônia,

articulando a energia fornecida pela usina de Tucuruí, os minérios provenientes da serra dos Carajás e Oriximiná, a Estrada de Ferro Carajás, a rodovia Belém-Brasília e os portos de Barcarena (Belém) e Itaquí (São Luiz) e as indústrias de alumina e alumínio estabelecidas na região portuária.

A província mineral da serra dos Carajás, no sudeste do Pará, abriga a maior reserva de minério de ferro do mundo, além de grandes reservas de manganês, cobre e ouro. Descoberta em 1967, tornou-se a base do Programa Grande Carajás (PGC), implantado no final da década seguinte pela então estatal Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), hoje privatizada e com o nome recentemente trocado para Vale.

O Projeto Ferro Carajás articula-se com base no corredor de exportação formado pela ferrovia Carajás e pelo porto de Itaquí. As mais de 35 milhões de toneladas de minério extraídas anualmente são exportadas principalmente para o Japão e a China.

O Projeto dos Polos de Alumínio faz parte do PGC, mas tem por base as jazidas minerais de Oriximiná, no baixo vale do rio Trombetas, no norte paraense. A exploração de bauxita é realizada pela Mineração Rio do Norte (MRN), um consórcio formado entre a Vale e grandes empresas transnacionais e nacionais. Na extração do minério, o lançamento de rejeitos no Lago da Batata assoreou mais de um quinto da lagoa natural com material poluente.

No norte do Pará, destaca-se ainda o Projeto Jari, implantado em 1967 por um empresário norte-americano. O empreendimento florestal e agropecuário foi vendido, no início da década de 1980, para um consórcio de empresas nacionais que passou a desenvolver atividades de silvicultura, produção industrial de celulose, extração de caulim, cultivo de arroz e criação de búfalos.

No Amapá, fora da área do PGC, localiza-se a serra do Navio, que abrigou grandes jazidas de manganês. A exploração do minério iniciou-se na década de 1950, pela Indústria e Comércio de Minérios S.A. (Icomi). A Estrada de Ferro do Amapá e o porto de Santana, nos arredores de Macapá, foram construídos para escoar a produção.

Depois de quatro décadas de exploração, as reservas do minério praticamente se esgotaram e a Icomi redirecionou seus negócios para a exportação de cromo, extraído em Mazagão, nas proximidades do porto de Santana. Enquanto

isso, na área da serra do Navio, iniciou-se uma dolorosa reconversão da economia local, que busca alternativas no turismo ecológico.

GEPOLÍTICA DE FRONTEIRAS

Na década de 1970, quando grupos guerrilheiros atuavam na Colômbia e no Peru e o narcotráfico começava a se articular nesses países, o regime militar tomou a iniciativa de propor o **Tratado de Cooperação Amazônica, ou Pacto Amazônico, firmado, em 1978, entre Brasil, Bolívia, Colômbia, Peru, Equador, Venezuela, Guiana e Suriname. Entre as metas do pacto Amazônico estavam a cooperação científica entre os países, a preservação ambiental, o uso racional dos recursos hídricos, o desenvolvimento econômico da região e a integração física. Contudo, a obsessão pela dimensão estratégica da segurança limitou a cooperação, tornando letra morta os objetivos de integração econômica estabelecidos no tratado.**

Na década seguinte, o governo lançou o **Programa Calha Norte (PCN)**. Concebido com a **finalidade de proteger as fronteiras setentrionais (norte)**, o PCN previa a **realização de ações nos setores de infraestrutura viária, energética e de comunicações, educação e saúde, apoio às comunidades e aos grupos indígenas, aparelhamento dos órgãos policiais e judiciários e fiscalização de movimentos transfronteiriços.**

A faixa de cerca de 150 quilômetros adjacente às fronteiras, desde o Oiapoque (AP) até Tabatinga (AM) foi definida como prioridade do PCN. A instalação de uma rede integrada de postos e bases do Exército e da Aeronáutica nessa faixa, rica em recursos minerais e atravessada por reservas indígenas, figurava como objetivo central do programa. Em 2004, a área de atuação do PCN foi ampliada, passando a abranger a totalidade dos estados do Amazonas, Roraima, Acre, Rondônia e Amapá, além do norte do Pará.

Outro projeto estratégico, anunciado no início da década de 1990, é o **Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam)**. Administrado pelo Sistema de Proteção da Amazônia (Sipam), subordinado à Casa Civil da Presidência da República, o Sivam é uma **rede integrada de sensoriamento remoto e telecomunicações que abrange a maior parte da Amazônia Legal**. O projeto tem como objetivos estabelecer o controle do tráfego aéreo, fazer a fiscalização de

fronteiras, monitorar as queimadas, o desflorestamento e os garimpos ilegais e mapear os recursos naturais existentes.

A AMAZÔNIA E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A Amazônia brasileira abriga recursos naturais incalculáveis, representados pela biodiversidade dos ecossistemas das florestas equatorial e pelas imensas reservas de água das bacias Amazônica e do Tocantins-Araguaia. A preservação desses recursos para as gerações futuras é uma responsabilidade de toda a nação e um compromisso internacional do Estado brasileiro.

Mas a região não deve ser vista unicamente como uma grande reserva de recursos naturais. Na Amazônia Legal viviam, em 2004, cerca de 22,5 milhões de pessoas, das quais mais de 16 milhões habitavam o meio urbano. A melhoria das condições de vida dessa população depende do desenvolvimento econômico regional, que não pode ser bloqueado sob argumentos conservacionistas.

O **Plano Amazônia Sustentável**, lançado pelo governo **Lula em 2004**, procura conciliar as necessidades do desenvolvimento econômico com as de preservação ambiental. **Esse plano propõe a divisão da região em três grandes zonas: Amazônia ocidental, Amazônia central e Arco de povoamento adensado.** Com base nessa regionalização, estabeleceram-se diretrizes gerais de planejamento.

A zona do Arco de povoamento adensado corresponde basicamente ao arco da devastação. Para ela, foram definidas como prioridades a modernização da indústria madeireira, a melhoria dos serviços públicos nas cidades e a contenção da marcha do plantio da soja rumo às áreas de floresta equatorial.

A Amazônia central é a zona mais vulnerável ao desflorestamento. Para ela, as prioridades estabelecidas foram o incentivo às explorações familiares, com vistas à exportação de produtos agrícolas e de extração vegetal, e a regularização das terras indígenas e das unidades de conservação.

A Amazônia ocidental é a zona mais preservada. Para ela, o plano prevê como prioridades a ampliação das redes de transportes e comunicações, o desenvolvimento do turismo ecológico e o manejo sustentável dos produtos florestais (castanha, borracha, fibras e frutos).

A economia florestal na Amazônia representa cerca de 15% do PIB regional e emprega mais de 400 mil pessoas. No quadro dos programas de desenvolvimento

sustentável, foi aprovada, em 2006, **Lei de Gestão de Florestas Nacionais (Flonas), que prevê a concessão do uso de áreas florestais para a exploração econômica por empresas privadas.** A lei estabelece critérios de manejo da floresta, determina limites para a derrubada de árvores e estimula o manejo múltiplo, ou seja, a combinação da exploração madeireira com o plantio de espécies que permitem a extração de produtos florestais.

A ECONOMIA FLORESTAL

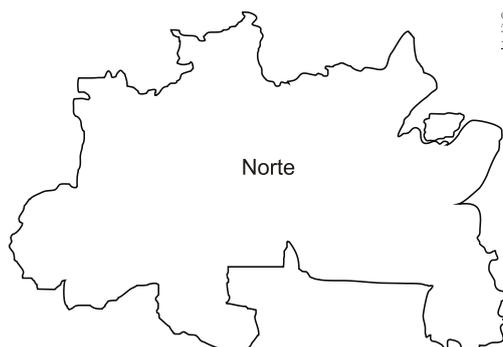
A incrementação e a modernização da exploração de produtos da floresta se baseiam na experiência histórica da produção familiar na Amazônia. O extrativismo florestal e a pesca ribeirinha são as atividades mais tradicionais na região e sustentam significativa parcela da população que habita as várzeas fluviais.

A extração da borracha natural sobreviveu ao encerramento do grande “ciclo da borracha”, entre o final do século XIX e o início do século XX, e ao fim do pequeno ciclo de incentivado pelo governo Vargas à época da Segunda Guerra Mundial (1939-45). Para resistir à derrubada das árvores os seringueiros do Acre, em 1980, uniram-se e criaram as reservas extrativistas comunitárias, um modelo que hoje se procura difundir em outras áreas da Amazônia.

Entre as árvores frutíferas da floresta se destacam o cacau; a castanha-do-pará, cujos frutos são utilizados na culinária regional e exportados; o guaraná; o açáí; o cupuaçu; a pupunha e o bacuri. Além das árvores frutíferas, a coleta florestal abrange a extração de corantes, como o urucum, e de fibras, como a da malva, usada na indústria de sacaria.

EXERCÍCIOS

1. (UFSJ - 2012) Observe o mapa abaixo.



Sobre a região representada pelo mapa, é CORRETO afirmar que ela possui

- a) elevada população relativa que se dedica à extração mineral e madeireira.
- b) pequeno potencial hidroenergético, tendo em vista que seus rios são de planície.
- c) rios caudalosos, elevado índice pluviométrico e pequena amplitude térmica anual.
- d) uma rede urbana densa e hierarquizada com cidades polos e centros regionais.

2. (UFRGS - 2013) Com relação à Amazônia brasileira, considere as afirmações abaixo.

I. Apesar de os cursos de água serem considerados vias de transporte, as estradas de rodagem são, atualmente, os principais corredores de escoamento de população e de produtos ao longo da floresta amazônica.

II. A maioria dos desmatamentos ocorre no chamado arco de deflorestamento da Amazônia, faixa de terra que vai do noroeste do Pará, passando pelo norte do Mato Grosso e por Rondônia, até o Acre.

III. O avanço das empresas agropecuárias e madeireiras sobre as áreas indígenas tem aumentado os conflitos sociais na Amazônia, principalmente nos estados do Pará, Mato Grosso e Rondônia.

Quais estão corretas?

- a) Apenas I.
- b) Apenas II.
- c) Apenas III.
- d) Apenas II e III.
- e) I, II e III.

3. (UFPR - 2013) Os estados amazônicos perseguem estratégias diversas para consolidar o povoamento e alcançar o desenvolvimento sustentável. Todos têm o ecoturismo como atividade básica, mas suas outras estratégias variam consideravelmente em função de seus contextos históricos, culturais e

políticos, da sua localização geográfica e dos níveis em que foram afetados pelo recente processo de ocupação.

(BECKER, B. K. Por que não perderemos a soberania sobre a Amazônia? In: ALBUQUERQUE, E. S. (org.). *Que país é esse? Pensando o Brasil contemporâneo*. São Paulo: Globo, 2005, p. 275.)

Com base no texto e nos conhecimentos de geografia, assinale a alternativa correta.

a) A fronteira agropecuária avança pelo cerrado do Centro-Oeste e atinge a porção da Amazônia Legal, no norte do Mato Grosso e oeste do Maranhão, tornando a pecuária extensiva um vetor de desenvolvimento na porção oriental do Pará.

b) As políticas de colonização executadas ao longo da rodovia Transamazônica produziram, no estado do Amazonas, um padrão de desenvolvimento apoiado na agricultura intensiva.

c) Os avanços recentes da biotecnologia permitiram implantar em Rondônia um modelo econômico baseado na contiguidade das florestas tropicais.

d) O insucesso da Zona Franca de Manaus demonstrou a vocação extrativista da bacia amazônica, redirecionando as políticas de incentivos para este último setor.

e) A fronteira da pecuária extensiva vem se expandindo no estado do Mato Grosso porque o seu território não está incluído na legislação que delimita a Amazônia Legal.

TEXTO PARA AS PRÓXIMAS 3 QUESTÕES:

O sistema de alerta baseado em satélites do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) detectou 498 km² de desmatamentos na Amazônia Legal por corte raso ou degradação progressiva, em agosto de 2009. Desse total, 301 km² foram registrados no Pará.

A cada quinzena, os dados são enviados ao IBAMA, responsável pela fiscalização das áreas. O sistema indica tanto áreas de corte raso – quando os satélites detectam a completa retirada da floresta nativa – quanto áreas classificadas como degradação progressiva, que revelam o processo de desmatamento na região.

Adaptado de: www.inpe.br.

4. (UFRGS - 2010) O texto faz referência a uma região em que predomina o clima

a) tropical úmido.

- b) tropical semiárido.
- c) tropical semiúmido.
- d) subtropical úmido.
- e) equatorial.

5. (UFRGS - 2010) Considere as seguintes afirmações sobre o processo de exploração econômica da Amazônia e a questão ambiental.

I – A derrubada da floresta contribui para o aumento da precipitação na região amazônica.

II – A derrubada da floresta contribui para o avanço e a consolidação da caatinga.

III – A exploração econômica atual compromete a sustentabilidade da Floresta Amazônica.

Quais estão corretas?

- a) Apenas I.
- b) Apenas II.
- c) Apenas III.
- d) Apenas II e III.
- e) I, II e III.

6. (UFRGS - 2010) Considere as seguintes afirmações sobre a Amazônia Legal.

I – Ela foi estabelecida na década de 1960 para permitir que fossem aplicadas políticas públicas para o desenvolvimento da região.

II – O principal objetivo de sua criação foi a preservação da Floresta Amazônica.

III – Ela compreende os estados da Região Norte e os da Região Centro-Oeste.

Quais estão corretas?

- a) Apenas I.
- b) Apenas II.
- c) Apenas III.
- d) Apenas II e III.
- e) I, II e III.